

Lira: falta voto para aprovar plano

Segundo ele, corte de gastos será analisado sob instabilidade, em menção indireta a restrições às emendas

DE BRASÍLIA

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse ontem que o governo ainda não tem os votos necessários para aprovar o pacote de contenção de gastos, mas “que o Congresso não vai faltar”.

“Hoje, o governo não tem voto sequer para aprovar a urgência dos projetos de lei (instrumento regimental para acelerar a votação do texto). A PEC (Proposta de Emenda à Constituição) eu coloquei na Comissão de Constituição e Justiça, e foi retirada a pedido do governo porque não tinha certeza de um mínimo de votos para aprovar a admissibilidade”, afirmou Lira, durante evento em Brasília.

Na sequência, ele falou em “muito trabalho” nos próximos dias. “Vai ter muito trabalho, muita conversa, muito convencimento para que essas matérias saiam, e não tenho dúvida de que o Congresso não vai faltar. Mas agora está num momento de muita instabilidade, de muita ansiedade, de muita turbu-



Plenário da Câmara: indefinição sobre pagamento de emendas pode virar barganha com Palácio do Planalto

lência interna por causa desses acontecimentos”.

Sem fazer menção direta, Lira se referiu à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que estipulou regras mais restritivas para a liberação de emendas parlamentares do que o projeto aprovado pelo próprio Congresso.

Críticas ao alcance do ajuste fiscal - tanto de governistas quanto da oposição - a indefinição sobre o pagamento de emendas e dúvidas sobre como ficará o Orçamento de 2025 estão entre os motivos do impasse nos bastidores do Congresso.

Lira acrescentou que as

medidas incluídas no pacote precisam ser votadas logo porque o Congresso ainda tem o Orçamento de 2025 para analisar. “O Orçamento precisa estar enquadrado dentro desses cortes, que a gente chama de corte, que, na realidade, é uma diminuição da velocidade do crescimento

UNANIMIDADE

O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou por unanimidade ontem a decisão do ministro Flávio Dino que liberou o pagamento das emendas parlamentares, com regras mais rígidas. A votação ocorreu em plenário virtual, quando não há discussão entre os ministros. Todos foram favoráveis à determinação. Na segunda-feira, o STF já havia atingido a maioria dos votos para manter a decisão de Dino, ministro-relator do caso no STF. A decisão impõe aos parlamentares uma série de exigências para a liberação de cada tipo de emenda, sendo obrigatória a adoção de regras que permitam a rastreabilidade da origem e do destino dos recursos públicos.

da despesa. É isso que está deixando todo mundo um pouco incomodado e, talvez, uma medida ou outra mais efetiva possa trazer tranquilidade para o País de acomodação nesses momentos de instabilidade de mercado, de juros, de dólar e, enfim, tudo”. (Estadão Conteúdo)